PERSPECTIVAS DA PRÁTICA CURRICULAR NO CURSO DE MÚSICA LICENCIATURA PRESENCIAL DA UEMA (2018 – 2026)

Comunicação

GTE 13: Ensino Superior de Música

João Costa Gouveia Neto
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
joaoneto@professor.uema.br

Resumo: Este trabalho aborda o percurso histórico de implantação e efetivação das disciplinas de prática curricular no Curso de Música Licenciatura presencial da UEMA, entre 2018 e 2026, a partir da minha experiência como professor dessas disciplinas. Desse modo, o objetivo do artigo é discutir a importância da prática curricular, especificamente das disciplinas intituladas Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional e Prática Curricular na Dimensão Escolar, na efetivação das relações entre teoria e prática no ensino de música. A metodologia do trabalho é de viés qualitativa, a partir da pesquisa documental, considerando as ações e reflexões sobre a prática docente na licenciatura em música, a partir de um relato de experiência. Os resultados indicam que as vivências musicais docentes nas disciplinas de prática curricular ratificam sua importância para a formação de professores de música na UEMA, conscientes e preparados para atuação na educação básica.

Palavras-chave: prática curricular, licenciatura em música, formação docente.

Introdução

A Universidade Estadual do Maranhão tem uma longa e sólida história na formação de professores no Estado, tanto nos Cursos de licenciatura ofertados primeiro em São Luís, depois irradiados aos demais municípios através dos programas especiais, em seguida nos Campi criados no interior do Estado e posteriormente pelos cursos a distância. Uma exceção nesse longo processo de formação de professores está relacionada à formação de professores em música, iniciado no ano de 2005, na modalidade presencial (Gouveia Neto, 2020) e em 2017 na modalidade a distância.

Nesse sentido, o Curso de Música Licenciatura Presencial da UEMA está no seu vigésimo primeiro ano de existência efetiva desde a entrada dos primeiros alunos. Conforme consta nos trabalhos de Gouveia Neto (2020 e 2025) o Curso de Música presencial resistiu às

intempéries dos primeiros anos com falta de professores efetivos, prédio próprio, mas mesmo assim os primeiros alunos se formaram em 2012, mesmo ano da nomeação dos primeiros professores efetivos e das primeiras ações de pesquisa e extensão institucionalizadas via editais internos da IES.

Ao longo dos seus 21 anos de existência, o Curso de Música presencial da UEMA teve quatro matrizes curriculares incluindo a última aprovada em 2023. Desse modo, de 2005 a 2017 o Curso de Música presencial teve duas matrizes curriculares, a inicial em 2005 e a da primeira renovação do reconhecimento do Curso em 2013. Nessas duas matrizes não há disciplinas de prática curricular ou discussões desse tipo em outras disciplinas, apesar de a legislação da época já indicar essa questão.

Já a terceira matriz curricular foi aprovada em 2018 e, sendo assim, foi um divisor de águas para o Curso de Música Licenciatura presencial[1] da UEMA, devido aos novos ordenamentos ditados pela Resolução N.º 02/2015- CNE-CP[2], de 1º de julho de 2015 que alterou as diretrizes para a formação de professores no Brasil, cujo prazo de implantação se encerrou em 2017. Decorrente dessa legislação a UEMA aprovou no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE a Resolução N.º1264/2017 com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

Coincidentemente, no mesmo período, o Curso de Música Licenciatura presencial passava pelo processo de Renovação do seu Reconhecimento e, consequentemente, o currículo foi atualizado considerando as diretrizes da Resolução interna da UEMA, aprovada a partir dos ordenamentos do MEC.

É importante também relembrar que as discussões esboçadas neste tempo estão situadas historicamente em um momento de transição, pois as práticas curriculares não fazem mais parte do currículo dos cursos de licenciatura devido às mudanças na formação de professores estipuladas pela Resolução N.º4/2024-CNE/CP. Apesar dessas mudanças o novo PPC do Curso de Música Licenciatura presencial foi aprovado antes de o Conselho de Ensino,

[1] Utilizarei ao longo do texto a indicação que trato do Curso de Música Licenciatura na modalidade presencial, pois a UEMA também possui o referido Curso na modalidade a distância com ingresso de alunos em 2017, 2019, 2022 e 2024.

[2] Essa Resolução foi revogada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e esta última pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.

Pesquisa e Extensão da UEMA referendar as mudanças na formação de professores com a Resolução N.º 1854/2024, de 19 de dezembro. Devido a essa questão temporal, o Curso de Música presencial apresenta no seu histórico documental duas matrizes sem as práticas curriculares e duas com as práticas institucionalizadas.

Nesse sentido, este trabalho analisa como as práticas curriculares foram e estão sendo desenvolvidas no Curso de Música Licenciatura presencial da UEMA, considerando as experiências na docência da disciplina de forma ininterrupta entre 2018 a 2026.

2 Percurso Metodológico

Este trabalho é fruto das minhas experiências como docente das disciplinas de prática curricular no Curso de Música Licenciatura presencial da UEMA. Nesse sentido, as discussões e resultados aqui apresentados estão organizados a partir de um relato de experiência, conforme orientações de Mussi, Flores e Almeida (2021). Segundo os autores no relato de experiência deve existir uma "[...] preocupação com o conteúdo abordado, o qual deve não ser superficial, não deixar relatos da prática subentendidos e, nem constar excessivamente uma discussão bibliográfica, e deve constar os aspectos positivos e negativos da experiência vivenciada" (Ludke; Cruz, 2010 apud Mussi, Flores e Almeida, 2021, 63).

Desse modo, há a necessidade de constante análise, reflexão e reanalise durante o processo de realização das ações que foram realizadas, considerando todos os cenários vivenciados durante a prática docente, assim como as vivências dos alunos envolvidos no ensino e aprendizagem.

Além do caráter qualitativo a pesquisa é documental, pois utiliza os documentos institucionais da IES como um dos meios de informações para entender a organização pedagógica do referido Curso. Segundo Tremblay (1968, p.284 apud Cellard, 2014, p. 295) "[...] graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, mentalidades, práticas, etc. [...]". Ainda segundo Cellard (2014),

Finalmente este trabalho é também de viés qualitativo, pois não é possível refletir questões educacionais sem pensar na qualidade das ações que envolvem as relações entre professor e aluno, conforme indica Penna (2015).

3 Prática Curricular no PPC do Curso de Música Licenciatura da UEMA

A forma como a implementação da prática curricular na UEMA foi pensada e organizada partiu de uma proposta institucional que, apesar de ter sido discutida entre os cursos de licenciatura, seguiu na essência as diretrizes já utilizadas pelos Cursos de Pedagogia da IES. Nesse período eu atuava na assessoria do gabinete da Pró-Reitoria de Graduação da UEMA, mas as discussões foram organizadas por uma comissão responsável pela elaboração da proposta, na qual não havia nenhum representante do Curso de Música.

Desse modo, a Resolução N. º 02/2015- CNE-CP não determinava como as 400h dedicadas à prática como componente curricular deveria ser implementada, mas indicava que os Cursos deveriam discutir a melhor forma. Apesar de as discussões em torno da forma como a prática deveria ser organizada e, provavelmente, pela falta de experiência dos demais professores das licenciaturas, alguns inclusive bacharéis atuando como docentes, a proposta organizada pelos pedagogos prevaleceu.

Conforme já indicado, na UEMA, as novas diretrizes para formação de professores foram regulamentas pela Resolução N.º1264/2017-CEPE/UEMA. Nessa Resolução a prática curricular foi organizada em três disciplinas cada uma com 135h, intituladas Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional e Prática Curricular na Dimensão Escolar, com temáticas específicas de cada curso e, desse modo, seria ministrada por docentes do próprio Curso, com formação específica na área do Curso.

Após a aprovação do novo PPC do Curso de Música Licenciatura presencial, no segundo semestre de 2018 já com o novo currículo implantado, a primeira disciplina de Prática Curricular na Dimensão Político-Social foi ofertada e eu fui o primeiro professor dessa disciplina, devido à experiência que tive como docente das disciplinas de prática curricular nos Cursos de História e Letras do Programa Darcy Ribeiro, no Campus da UEMA de Pinheiro.

Seguindo as orientações do PPC do Curso a prática curricular:

> (...) terá como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências que serão adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos (PPC Música Licenciatura Presencial da UEMA, 2018, p. 85).

Desse modo, além do objetivo e ementas das disciplinas como é esperado em um PPC de Curso, havia também a distribuição da carga horária da disciplina, entre docentes e discentes conforme documento orientador estabelecido pela Coordenação Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da UEMA, como segue:

Imagem 1 – Distribuição carga horária das práticas curriculares

Períodos	Reunião como professor/tutor	Atividade independente do aluno	Produção do Trabalho Final	Total
2º	45 h	60h	30h	135h
3º	45h	60h	30h	135h
4º	45h	60h	30h	135h
TOTAL	**135h**	**180h**	**90h**	**405h**

Fonte: PPC do Curso de Música presencial, 2018, p. 81.

Apesar dessa distribuição de horas estabelecida no PPC, na prática o docente acaba tendo carga horária cheia a cada semana, com registro de conteúdo e presencialidade, considerando que não se registra horas de orientação semanal sem a presença do aluno e não é possível colocar nos conteúdos atividade independente do aluno e tendo que registrar uma presença inexistente. Essa questão de registro da carga horária docente tem sido um problema recorrente há anos na UEMA, beneficiando alguns e justificando inconsistências laborais de outros, mas negando, ao mesmo tempo, a quem efetivamente cumpre a carga horária da disciplina, a computação real da carga horária de trabalho docente.

Quanto à avaliação tanto no PPC de 2018 quando no de 2023 do Curso de Música presencial, também estava definido o tipo de avaliação que deveria ser aplicada nas disciplinas de prática curricular, sendo a primeira nota estabelecida pela elaboração do projeto e instrumentos de coleta de dados a segunda nota com a elaboração do relatório e a terceira

nota apresentação oral em forma de seminário. Essa questão das avaliações discutirei no tópico relativo aos desafios docentes nas práticas curriculares.

Outra questão que não condiz com a realidade das necessidades de ensino e aprendizagem foi a definição de apenas 20h para discussões teóricas relacionadas às temáticas da disciplina e dos projetos. Nesse sentido, a própria dimensão prática da metodologia das disciplinas precisou ser reorganizada a cada oferta das disciplinas, conforme indicarei a seguir.

Já no PPC atual do Curso de Música Licenciatura presencial aprovado em 2023 e implementado em 2024 as três disciplinas de prática curricular continuam no PPC do Curso até nova Renovação de Reconhecimento, com os mesmos nomes e carga-horária, apenas com acréscimo nas ementas das disciplinas.

3.1 A dinâmica das práticas curriculares no Curso de Música presencial da UEMA na prática da sala de aula

Para efetividade das disciplinas de prática curricular, utilizei como guia o material produzido para orientação dos professores do Programa Darcy Ribeiro, disponibilizado em 2010, intitulado “Caderno de Práticas Curriculares”, de autoria do professor Jackson Ronie Sá-Silva. Em 2025 o mesmo professor reeditou esse Caderno em formato de livro intitulado “Prática como componente curricular: conceituações, problematizações e reconfigurações”.

Esse material foi muito importante para fazer as escolhas teóricas e metodológicas para organização das primeiras três disciplinas que ministrei, isto é, Prática na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional e Prática Curricular na Dimensão Escolar, pois naquele ano de 2018 até agora em 2026, há poucas discussões teóricas que abordem as práticas curriculares nas licenciaturas, em especial nas de música. Durante esse período encontrei apenas o artigo de Carmo, Silva e Rosa (2018) que trata do título até as referências das práticas curriculares na licenciatura em música.

Sendo assim, até 2019.2 eu ministrei as três primeiras disciplinas do rol das práticas curriculares. Com a entrada de novas turmas a partir de 2020.1 outros professores também

assumiram essas disciplinas, mas de forma ininterrupta tenho ministrado as três disciplinas de 2018.2 até este semestre de 2026.2, contabilizando, assim, sete anos completos de trabalho com as práticas curriculares.

Ao longo desse período, nas disciplinas de prática curricular que tenho ministrado, utilizei duas perspectivas teóricas para conduzir as discussões em sala, sendo os conceitos de interdisciplinaridade e a metodologia de projetos. Na área da interdisciplinaridade me ancoro em Fazenda (2008), Fucci Amato (2010), França (2016) dentre outros e na metodologia de projetos Luck (2004) e Penna (2015a).

Essas escolhas teóricas estão relacionadas às próprias diretrizes para a formação de professores na educação básica, ao postular a:

> [...] integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Resolução N.º 02/2015-CNE-CP).

Desse modo, as bases para as discussões realizadas ao longo das disciplinas estão de acordo com os ordenamentos legais nacionais, considerando a inserção dos alunos do Curso de Música presencial nas discussões globais e na instrumentalização para participar de forma plena das avaliações nacionais docentes.

Quanto às ementas das disciplinas de prática curricular, no PPC de 2018, indicam os seguintes conteúdos a serem discutidos, conforme imagens 2, 3 e 4.

Imagem 2 – Práticas Curriculares – Dimensão Político-Social

DISCIPLINA:	**Práticas Curriculares - Dimensão Político-Social**	C.H.: 135 h
EMENTA:A sociedade e a educação. O papel do educador musical na sociedade atual. Articulação entreos conhecimentos em Educação Musical estudados na academia e a realidade socioeconômica.		

Fonte: PPC 2018, Curso de Música Presencial

Imagem 3 - Imagem 2 – Práticas Curriculares na Dimensão Educacional

DISCIPLINA:	Práticas Curriculares na Dimensão Educacional	C.H.: 135h
EMENTA:		
Atividades interdisciplinares em Educação Musical para articulação entre os conhecimentos estudados na academia e a realidade sócio educacional. Contexto socioeconômico e cultural do entorno escolar. Investigação e interferências das concepções e condições sociais e educacionais da escola.		

Fonte: PPC 2018, Curso de Música Presencial

Imagem 4 – Práticas Curriculares – Dimensão Escolar

DISCIPLINA:	Práticas Curriculares - Dimensão Escolar	C.H.: 135h
EMENTA:		
A organização do trabalho docente em Educação Musical. Metodologias e multimeios presentes na prática escolar. Práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor em sala de aula. Realidade didático-pedagógica das escolas.		

Fonte: PPC 2018, Curso de Música Presencial.

A partir das ementas das três disciplinas no PPC de 2018 é possível verificar que há um avanço e aprofundamento nas discussões relativas às práticas curriculares até o aluno realmente adentrar a sala de aula se preparando, assim, para os estágios que virão nos semestres seguintes.

Já no PPC de 2023 as três disciplinas de prática curricular foram mantidas no currículo, com o acréscimo nas ementas de um texto padrão nas três indicando a utilização e discussão dos métodos ativos, conforme constam nas imagens 5, 6 e 7, abaixo, para que o leitor tenha acesso ao que está sendo apresentado e discutido, conforme indicam Mussi, Flores e Almeida (2021) ao tratarem da necessidade de coerência, consistência e objetivação na construção de um relato de experiência.

Imagem 5 – Prática Curricular na Dimensão Político-Social

DISCIPLINA: **Prática Curricular na Dimensão Político-Social**	**CH. 135**
EMENTA:	
A sociedade e a educação. O papel do educador musical na sociedade atual. Articulação entre os conhecimentos em Educação Musical estudados na academia e a realidade socioeconômica. A prática como componente curricular estará intimamente vinculada à formação do educador musical. Por isso, a Prática Curricular nas Dimensões Político-Social, Educacional e Escolar, terão obrigatoriamente que tratar de questões relativas à pesquisa em educação musical, considerando os contextos políticos e sociais em que o processo educacional está inserido. O educador deve apresentar as principais ferramentas didático-pedagógicas dos métodos ativos em educação musical, assim como problematizar os conceitos de música, musicalização e musicalidade no mundo contemporâneo.	

Fonte: PPC 2023, Curso de Música Presencial.

Imagem 6 – Prática Curricular na Dimensão Educacional

DISCIPLINA: Prática Curricular na Dimensão Educacional	**CH. 135**
EMENTA:	
Atividades interdisciplinares em Educação Musical para articulação entre os conhecimentos estudados na academia e a realidade sócio educacional. Contexto socioeconômico e cultural do entorno escolar. Investigação e interferências das concepções e condições sociais e educacionais da escola. A prática como componente curricular estará intimamente vinculada à formação do educador musical. Por isso, a Prática Curricular nas Dimensões Político-Social, Educacional e Escolar, terão obrigatoriamente que tratar de questões relativas à pesquisa em educação musical, considerando os contextos políticos e sociais em que o processo educacional está inserido. O educador deve apresentar as principais ferramentas didático-pedagógicas dos métodos ativos em educação musical, assim como problematizar os conceitos de música, musicalização e musicalidade no mundo contemporâneo.	

Fonte: PPC 2023, Curso de Música Presencial.

Imagem 7 – Prática Curricular na Dimensão Escolar

DISCIPLINA: Prática Curricular na Dimensão Escolar	CH. 135
EMENTA:	
A organização do trabalho docente em Educação Musical. Metodologias e multimeios presentes na prática escolar. Práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor em sala de aula. Realidade didático-pedagógica das escolas. A prática como componente curricular estará intimamente vinculada à formação do educador musical. Por isso, a Prática Curricular nas Dimensões Político-Social, Educacional e Escolar, terão obrigatoriamente que tratar de questões relativas à pesquisa em educação musical, considerando os contextos políticos e sociais em que o processo educacional está inserido. O educador deve apresentar as principais ferramentas didático-pedagógicas dos métodos ativos em educação musical, assim como problematizar os conceitos de música, musicalização e musicalidade no mundo contemporâneo.	

Fonte: PPC 2023, Curso de Música Presencial.

Conforme indicado nas imagens 5, 6 e 7 o trecho que foi acrescentado nas ementas no PPC de 2023 das disciplinas de prática curricular em relação ao PPC de 2018 é o mesmo nas três disciplinas, inclusive com os nomes das três nas três ementas.

Quanto às metodologias indicadas para serem desenvolvidas nas disciplinas de prática curricular, o PPC de 2018 do Curso de Música Licenciatura presencial indica o seguinte:

> Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema; Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação; Levantamento e análise de materiais e livros didáticos; Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica; Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica (PPC Curso de Música Licenciatura presencial, 2018, p. 84,85).

Estas indicações metodológicas contidas no PPC de 2018 do Curso são as que aliam de forma efetiva as questões teóricas com a realidade prática da dinâmica das disciplinas de prática, no entanto, ao longo da ministração das disciplinas houve a necessidade de ajustes justamente nessa metodologia. Já no PPC de 2023 essa perspectiva não foi alterada.

Na minha experiência ministrando as disciplinas em debate entendi a necessidade de realizar adaptações na organização da carga horária da disciplina e do tipo de avaliação proposto aos alunos, considerando as indicações contidas em ambos os PPCs do Curso de Música presencial, pois ainda existem alunos vinculados à matriz curricular de 2018 cursando disciplinas com os alunos que ingressaram na matriz de 2023.

4 Desafios encontrados durante a condução das práticas curriculares

No primeiro momento da oferta das disciplinas de prática curricular, isto é, de 2018.2 a 2019.2, em que ministrei sequencialmente as três disciplinas, percebi e comprovei durante a prática docente a importância de o mesmo professor ministrar as três disciplinas para a mesma turma, devido à possibilidade de acompanhar sistematicamente o desenvolvimento dos alunos ao longo de três semestres consecutivos, podendo assim, indicar e problematizar ajustes no processo formativo dos discentes.

Dessa maneira, a primeira adaptação que realizei foi não indicar a obrigatoriedade de intervenção na disciplina de Prática Curricular na Dimensão Político-Social e assim estipulei uma produção textual para a primeira nota, a partir dos textos discutidos na primeira unidade da disciplina. Já a segunda nota continua sendo a construção de um projeto e a terceira a apresentação do projeto em forma de seminário. Essa reorganização foi necessária devido ao tempo insuficiente para os alunos do segundo período do Curso lerem e entenderem sobre metodologia de projetos, escolherem as temáticas, visitarem espaços escolares, com vistas a apresentarem soluções para os problemas educacionais vivenciados pelos professores de música e, assim escrever os projetos, conforme indica Penna (2015a).

Já nas disciplinas de Prática Curricular na Dimensão Educacional e na Prática Curricular na Dimensão Escolar a organização das avaliações indicadas no PPC de 2018 foram mantidas,

isto é, construção do projeto, construção e apresentação do relatório das ações realizadas nas escolas.

O segundo momento das disciplinas de prática curricular se inicia em março de 2020 e vai até de 2022, devido à pandemia de COVID-19. Nesse período, considerando as medidas sanitárias, todas as atividades presenciais foram suspensas e ao retornarem em julho de 2020 a disciplina de Prática Curricular na Dimensão Político-Social não foi completamente prejudicada em sua aplicabilidade, justamente pelos ajustes já realizados e indicados acima. Já nas disciplinas seguintes ministradas em 2021 também não houve atividade presencial nas escolas, sendo as atividades avaliativas organizadas a partir de produções textuais que discutiam a relação interdisciplinar da música, construção de projetos que discutissem a dimensão educacional e escolar da música na educação básica e apresentação dos mesmos. Somente em 2023 é que as atividades presenciais foram plenamente restabelecidas e, assim, a dinâmica das disciplinas de prática curricular envolvendo discussão entre teoria e prática, entre o projetado e o executado na vivência escolar, foram retomadas.

O segundo desafio no Curso de Música, mesmo sendo licenciatura, é propiciar a reflexão e o entendimento dos alunos que, além de executar o instrumento de sua escolha, precisam discutir e refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem que perpassam essa escolha e sua aplicação na educação básica. Para tentar alcançar o envolvimento dos estudantes que estão no segundo período, quando a primeira disciplina de prática curricular é ofertada, isto é, a Prática Curricular na Dimensão Político-Social, na primeira aula após discutir o plano de ensino apresento o Projeto Político do Curso, com o objetivo de mostrar as diferenças entre os núcleos de disciplinas da matriz curricular, isto é, as disciplinas de formação geral, as específicas, as práticas curriculares, os estágios e, a partir de 2024.1 a inserção da carga horária de extensão[3].

Nesse sentido, Carmo, Silva e Rosa (2018) reforçam a necessidade de esclarecer o lugar das práticas curriculares no PPC do Curso, acompanhar as atualizações da legislação sobre a prática curricular, com vistas a não esquecer seu objetivo para a formação do

[3] Conforme já indicado o PPC do Curso de Música aprovado em 2023, já possui a curricularização da extensão, assim como as disciplinas de prática curricular, pois a Resolução N.º4/2024-CNE/CP só entrou em vigor em maio deste ano. Nesse PPC a carga horária da curricularização da extensão foi dividida nas disciplinas, tendo em média um crédito de 15h em cada.

professor de música que atuará na educação básica. Também é importante entender a diferença entre prática musical e prática curricular, logo no início do curso de graduação e estabelecer as diferenças entre estágio e prática curricular.

Esse desafio esteve presente em todas as turmas trabalhadas, se acentuando nas quais não foi mais exigido o teste específico de habilidade musical para ingresso no Curso de Música presencial da UEMA a partir de 2023, assim como, entre os demais professores das disciplinas específicas do Curso, que também consideram as práticas curriculares como disciplinas de segunda categoria na formação do licenciado em música.

Já o terceiro desafio é promover nos discentes o entendimento e a reflexão que se transforme em ação, de que as visitas às instituições de ensino da educação básica, para análise da realidade escolar, não são apenas para cumprir as determinações metodológicas das práticas curriculares. Muitos alunos perguntam qual a necessidade de ir a uma escola mais de uma vez para realização do diagnóstico e pontuam “eu consegui **ver** tudo”. Devido a falas com esse teor, tem sido necessário problematizar sempre ao longo das observações que cada dia, turno, disciplinas ministradas apresentam aspectos diferentes de uma mesma realidade escolar e mesmo a maior quantidade de tempo ainda indicará a necessidade de mais tempo para conhecimento das vivências escolares.

O quarto desafio é fazer com que os alunos a cada semestre percebam de forma prática e até mesmo utilitária que os projetos desenvolvidos nas três disciplinas podem ser a base para seus futuros trabalhos de conclusão de curso. Desse modo, seguindo os passos indicados por Penna (2015a), os projetos são construídos de tal maneira que, após amadurecimento e reflexão sobre as temáticas ao longo do Curso, os alunos têm a possibilidade de chegar ao período indicado para realização do TCC com grande parte das etapas necessárias para efetivação do trabalho já concluídas.

5 Considerações Finais

A implementação das disciplinas de prática curricular no Curso de Música Licenciatura presencial, a partir do segundo semestre de 2018, configurou mudanças não somente

estruturais, no que tange às mudanças na matriz curricular do Curso, mas também de forma prática nas análises e discussões sobre a formação de professores de música na UEMA.

Como toda mudança que é imposta, esse processo demandou tempo e reflexão para que a cada semestre as atividades realizadas fossem consideradas como necessárias e importantes para a formação do professor de música, para além da simples oferta da disciplina para cumprir os créditos do Curso.

Nesse sentido, ao longo desses anos, identifiquei a falta de interesse dos alunos com as discussões propostas nas disciplinas, pois no início as consideravam apenas como pertenceste à formação geral e com pouca relação com os conteúdos do Curso, provavelmente porque os nomes das disciplinas Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional e Prática Curricular na Dimensão Escolar, não remetem a nada que indique as discussões musicais. Além disso, entre os próprios professores das demais disciplinas específicas, há ponderações que desconstroem a necessidade das práticas curriculares no Curso de Música.

Outra questão importante a destacar é que houve uma mudança nas ementas das disciplinas do PPC de 2018 em relação ao PPC de 2023. Apesar da mudança textual, na prática, a organização dos conteúdos e discussões realizadas nas disciplinas até 2023 já contemplavam as novas indicações presentes no PPC atual aprovado em 2023.

Também é importante destacar que as práticas curriculares ainda constam no PPC atual do Curso, pois a aprovação aconteceu antes das mudanças na formação de professores regulamentada pela Resolução N º.4/2024-CNE/CP. Essa alteração que afetará futuramente o Curso de Música presencial quando da renovação do seu reconhecimento, trará impactos à formação docente, pois além de aliar teoria e prática de forma interdisciplinar ao longo das disciplinas, as experiências formativas durante as práticas curricular demonstram a importância dessas disciplinas na formação consciente, atrelada às realidades da educação básica e das demandas das avaliações externas que permeiam o egresso em música.

Finalmente, fica evidente a necessidade de novas discussões sobre os impactos da retirada das práticas curriculares das licenciaturas e inserção da curricularização da extensão em seu lugar na carga horária dos cursos, mesmo suas constituições teóricas e metodológicas sendo bastante diferentes em objetivos e aplicações.

Referências

BRASIL. Resolução N.º 2 de 1º de julho de 2015. (2015, 1º de julho). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

CARMO, Raiana Alves Maciel Leal Do; SILVA, I. P. ; ROSA, S. N. S. . Prática como componente curricular: discutindo a sua inserção no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Artes/Habilitação em Música da Universidade Estadual de Montes Claros'. *In*: XIV Encontro Regional Nordeste da ABEM, 2018, Salvador. *Anais do XIV Encontro Regional Nordeste da ABEM*, 2018. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_ernd/v3/papers/2923/public/2923-10895-1-PB.pdf. Acesso em: 02 jul 2026.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean; *et al*. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.295-316.

FAZENDA, Ivani. (Org.) *O que é interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez 2008.

FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Interdisciplinaridade, música e educação musical. *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 30-47, jun. 2010. Disponível em: < https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/224/203>. Acesso em: 01 jul. 2026.

FRANÇA, Cecília Cavalieri. A Interdisciplinaridade da Vida e a Multidimensionalidade da Música. *Música na Educação Básica*. Londrina, v. 7, nº 7/8, 2016. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed7e8/Revista%20Musica%207_Fran%C3%A7a.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

GOUVEIA NETO, João Costa. O Curso de Música Licenciatura presencial da UEMA: quinze anos de história (2005 -2020). *Revista Amazônida*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, *[S. l.]*, v. 1, n. 01, p. 257–270, 2020. DOI: 10.29280/rappge.v1i01.7465. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/7465. Acesso em: 15 maio 2026.

GOUVEIA NETO, João Costa. Os vinte anos do Curso de Música Licenciatura presencial e a formação de professores/as em música na UEMA. *In*: XXVII Congresso Nacional da ABEM, 2025, Curitiba-PR. *Anais do Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical.* Curitiba: ABEM, 2025. v. 6. p. 1-15. Disponível em: https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/267/342. Acesso em: 14 maio 2026.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010. Acesso em: 13 jul. 2026.

PENNA, Maura. *Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação musical*. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

PENNA, Maura. *Música (s) e seu ensino*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015b.

LUCK, Heloisa. *Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. *Caderno de Práticas Curriculares*. São Luis: [s.n.], 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie *Prática como componente curricular: conceituações, problematizações e reconfigurações.* São Luís: EDUEMA, 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Resolução N.º1264/2017- CEPE/UEMA- Cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Projeto Pedagógico do Curso de Música Licenciatura presencial do Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Projeto Pedagógico do Curso de Música Licenciatura presencial do Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2023.